



Ministério da Economia – MF
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia – SAENG

NOTA DE ESCLARECIMENTO

PROCESSO nº **10905.720.189/2022-34**

Curitiba, 21 de outubro de 2022.

A Seção de Obras e Serviços de Engenharia vem esclarecer a não utilização do modelo de minuta padronizada para Projeto Básico pela Advocacia-geral da União.

A Instrução Normativa nº 5, de 25 de maio de 2017, em vigor desde 25 de setembro de 2017 dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

Nos termos do art. 7º - SEÇÃO III – Dos Serviços Passíveis de Execução Indireta – serão objeto de execução indireta as atividades previstas em Decreto que regulamenta a matéria, referindo-se diretamente ao Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997, que regula a prestação de serviços da Administração Pública Federal.

O decreto referido permite que sejam objeto de execução indireta as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade e, em seu §1º, elenca as atividades que preferencialmente devem ser objeto de execução indireta, a saber:

(...)

As atividades de conservação, limpeza, segurança, vigilância, transportes, informática, copeiragem, recepção, reprografia, telecomunicações e manutenções de prédios, equipamentos e instalações serão, de preferência, objeto de execução indireta.”

(...)

Do transcrito, a conclusão é de que a contratação de obras ou serviços de engenharia, de natureza incomuns, complexas e cuja qualidade do objeto produzido é relevante e variável, não é abrangida pela disciplina do Decreto nº 2.271 e, por conseguinte, pela IN 05.

Consonante a esse entendimento, o portal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, em 26 de maio de 2017, um dia após a publicação da instrução normativa, divulgou notícia¹ onde explica que:

(...)

A proposta é instrumentalizar os órgãos públicos federais para atender inovações do mercado, definir instrumentos de medição e resultados e aprimorar as licitações e contratos na área de limpeza, vigilância, manutenção e conservação de imóveis.

(...) (grifo nosso)

¹ <http://www.planejamento.gov.br/noticias/governo-federal-padroniza-contratacoes-de-servicos-terceirizados>



Ministério da Economia – MF
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia – SAENG

Por certo, os modelos de minutas padronizadas de Projetos Básicos da Advocacia-geral da União são referenciais confiáveis e devem ser, preferencialmente, utilizados pela Administração Pública Federal. Esta Seção, em atendimento a este preceito, atesta que estruturou o Projeto Básicos nº 22/2020 em respeito a todos os conteúdos apresentados no modelo de minuta padronizada para Projeto Básico da AGU, apesar de não ter adotado a mesma formatação proposta pela minuta.

Respeitosamente,

(assinado digitalmente)

Ivan Olivete do Amaral

Chefe da SAENG/DIPOL/SRRF09



Ministério da Economia

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Economia garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

A página de autenticação não faz parte dos documentos do processo, possuindo assim uma numeração independente.

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado ao processo em 21/10/2022 10:29:31 por Ivan Olivete do Amaral.

Documento assinado digitalmente em 21/10/2022 10:29:31 por IVAN OLIVETE DO AMARAL.

Esta cópia / impressão foi realizada por SIGRID HAGER STRAMBI em 22/03/2023.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

1) Acesse o endereço:

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>

2) Entre no menu "Legislação e Processo".

3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".

4) Digite o código abaixo:

EP22.0323.08389.83BZ

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:

B8C97B5D7BB0D98B4097B8467986D19AB16948FB3068D27DBA5F68EA80CB9EAC